

## PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thaís de Oliveira Trindade<sup>6</sup>

Luciana Fontes Pessôa<sup>7</sup>

### Resumo

O presente trabalho teve como objetivo investigar comportamentos transgressores de crianças dos três a cinco anos do município do Rio de Janeiro, baseado nos estudos de Bronfenbrenner. Participaram do estudo 50 pais e 5 professoras de creches e pré-escolas da zona sul e zona norte do Rio de Janeiro. Foi realizada uma entrevista dirigida com as professoras para investigar os comportamentos transgressores das crianças no espaço e o instrumento sociodemográfico nos pais. Foi possível identificar durante a transcrição das entrevistas no software Iramuteq, que não houve uma palavra referente à transgressão ou à agressividade aparente na árvore de palavras, nem nas nuvens de palavras. Acredita-se que o presente estudo possa trazer benefícios tanto para a área de educação quanto para a área da psicologia do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Comportamentos; práticas parentais; educação infantil; família; professoras.

---

<sup>6</sup> Departamento de Psicologia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

<sup>7</sup> Departamento de Psicologia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência: Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22451-900

Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: thais.trindade17@gmail.com

## **Introdução**

Um dos pressupostos deste trabalho é que o desenvolvimento humano se dá em contextos. Para entender o desenvolvimento durante a Educação Infantil é necessário a compreensão dos diferentes contextos que fazem parte da vida das crianças. Para tal, será utilizado o modelo de Urie Bronfenbrenner sobre o contexto social, em que as crianças se desenvolvem.

De acordo com Bahia e Pontes (2008), Bronfenbrenner foi um dos estudiosos a investigar a inseparabilidade entre o organismo e o meio. Seus estudos sobre desenvolvimento humano podem situar-se em duas fases:

A primeira pressupõe uma forte influência do papel do ambiente e menos atenção aos processos individuais, enquanto que na segunda fase, Bronfenbrenner (1999) considera que as diferentes formas de interação das pessoas não são apenas função do ambiente. Elas são resultantes de processos, ou seja, das relações entre o ambiente e as características da pessoa. A partir dessa perspectiva, a Teoria de Bronfenbrenner passou a se chamar modelo bioecológico.

Durante seus estudos sobre a Ecologia da família, Bronfenbrenner (1986) nos apresenta os diferentes contextos onde a criança está inserida, por exemplo, a Família e a Escola. O autor discute como numerosas pesquisas mostram a influência da família no desempenho e comportamento da criança na escola.

Lisboa e Koller (2004) discutem a representação da família, segundo o modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner. Nesse modelo, o núcleo familiar é o espaço onde a pessoa em desenvolvimento experimenta pela primeira vez as relações pessoais diretas e nas quais assume determinado papel social (filho/a, irmão/ã, neto/a).

Na sociedade atual, percebe-se como os bebês e as crianças são pessoas em diferentes nichos ao mesmo tempo. Por exemplo, alguns bebês que frequentam as creches desde os quatro meses. Desta forma, desde cedo, a pessoa é capaz de transitar entre diferentes microssistemas, alternando papéis sociais ambientais e/ou ambos.

Bronfenbrenner (1986) também aborda a relação creche e pais. Ele aponta que o efeito do emprego dos pais e sua relação com a creche pode ser moderado, em função do suporte dado entre esses dois microssistemas presentes na vida da criança. Essas considerações retratam que a educação e o cuidar não podem acontecer apenas na creche/escola ou em casa, mas sim de forma compartilhada.

Com isso, a partir de referências mais atuais, as relações que se estabelecem entre as mães e os educadores podem variar muito, dependendo de vários fatores, dentre eles, a qualidade do

atendimento da creche e o nível de participação que esta oferece às famílias. Estes dois pontos, evidentemente, apoiam-se em concepções sobre o papel da creche e da família (Oliveira, Mello, Vitória & Ferreira, 2009).

Pode-se perceber, desta forma, que trata-se da interação entre dois microssistemas, logo do mesossistema. Como apresenta Bronfenbrenner (1977), ele compreende as interrelações entre as configurações que contenham a pessoa em desenvolvimento em um determinado momento em sua vida. Assim, para um americano de 12 anos de idade, o mesossistema tipicamente engloba interações entre família, escola e grupo de pares; para algumas crianças, isso também pode incluir igreja, acampamento, ou local de trabalho, embora a última fosse menos comum nos Estados Unidos do que em algumas outras sociedades.

O autor chama a atenção para a importância de investigar efeitos conjuntos e interações entre as definições e, assim, destaca a possibilidade de que eventos em um ambiente podem influenciar o comportamento da criança e desenvolvimento em outro. Assim, a experiência de uma criança na creche, na sala de aula, ou no grupo de pares informal pode mudar seu padrão de atividades e interação com pais ou irmãos em casa, ou vice-versa, com as consequentes implicações para a aprendizagem e para o desenvolvimento.

Bronfenbrenner (1986) articula seus estudos com outros autores e traz as perspectivas de diferentes pesquisas. Ele cita diversos tópicos como os de desenvolvimento ecológico da família. Não existe a pretensão, neste trabalho, de aprofundá-los, mas alguns deles são citados, apenas para conhecimento: Educação dos pais, Famílias e a comunidade, Família e a mobilidade geográfica, Televisão e a família.

Bronfenbrenner (1977) comenta estudos que indicam que os pais tendem a exibir mais sentimentos positivos no laboratório do que em casa; já as crianças apresentam sentimentos mais negativos quando não estão próximas de seus pais ou em espaços conhecidos.

Em relação a este aspecto específico, pode-se fazer relação com o momento de adaptação da criança na creche, um espaço novo, diferente, em que os pais, muitas vezes, não estão presentes. Bronfenbrenner (1977) ainda acrescenta que quando se está em algum lugar onde não sente-se um conforto ou são espaços nos quais não se está adaptado, ocorre um impacto biopsicológico, o qual influencia o comportamento e desenvolvimento humano, principalmente, no caso de crianças pequenas.

O experimento ecológico é um estudo científico da acomodação mútua e progressiva ao longo da vida. Dentre essas definições imediatas temos os contextos sociais, tanto formais quanto informais, em

que as configurações são incorporadas. É nesta perspectiva que o objetivo principal do experimento ecológico não se torna hipótese-teste, mas sim descoberta. Busca a identificação dessas propriedades de sistemas e processos que afetam e são afetados pelo comportamento e desenvolvimento do ser humano.

Com isso, nos estudos de estratégias de socialização do autor, identificam-se duas estruturas diferentes: a familiar e a creche. Muitas vezes, essas duas estruturas entram em conflito e a questão é: - até que ponto esse conflito está sendo positivo ou negativo para o desenvolvimento da criança? Mostra-se importante o conhecimento de ambos os contextos para que seja possível o entendimento dessas estruturas. Desta forma, cabe ressaltar um breve panorama do que se entende como família nesse trabalho e como ambiente da creche.

### **O MICROSSISTEMA FAMÍLIA**

Nos últimos dois séculos, houve uma revolução na sociedade que trouxe mudanças profundas à família. A variabilidade histórica da instituição familiar desafia qualquer conceito geral. A generalização do termo termina por ocultar as demais esferas da vida social, porque se tem como regra, em diversos países e concepções teóricas, que pais e seus filhos dependentes constituem uma família, como nos diz Weber (2008, p.10).

A família, enquanto grupo social, sofreu profundas mudanças ao longo do tempo, em função de fatores econômicos, históricos, sociais e culturais, que conseqüentemente repercutiram nas relações de seus membros. A família patriarcal do Brasil Colônia era extensa, composta por membros consanguíneos ou não, que circulavam livremente no seio familiar (pais, filhos, outros parentes, agregados e serviçais). O pai era a figura de incontestável autoridade. À mãe, cabia a educação dos filhos, a administração da rotina doméstica e o comando dos serviçais (Almeida & Vasconcellos, 2018).

As mudanças que ocorreram na dinâmica e na organização das famílias europeias foram influenciando as famílias brasileiras de classe média. Assim, em meados do século XIX, houve um movimento de valorização da intimidade, levando à emergência da família nuclear brasileira (Almeida & Vasconcellos, 2018).

As abordagens contemporâneas no estudo de família trazido por Dessen e Costa Junior (2005, p. 119) definem seu objeto de base nas seguintes premissas:

“ 1 - a noção de família deve estar baseada na opinião de seus membros, considerando a afetividade e a proximidade com os entes queridos como critérios para composição de família e 2 -

diversos são os tipos e as possibilidades de família no contexto atual, não se restringindo a uma única forma”.

Atualmente, existem centenas de composições familiares e uma só área de conhecimento ou uma só epistemologia não é suficiente para abarcar todas as possibilidades de compreensão destas novas famílias. Cada profissional, psicólogo ou pensador, tem a sua teoria (e seus dogmas), e novos modelos familiares requerem novas pesquisas sobre o seu funcionamento, como nos diz Weber (2008, p. 10). Famílias por adoção, famílias monoparentais e famílias formadas por pares homossexuais são exemplos de discussões polêmicas.

A adoção, por exemplo, existe desde os primórdios dos tempos, ainda assim, existem mitos e preconceitos sobre esta forma de filiação que prescindem do laço genético. As pesquisas de Weber e et al. (2007) revelam que, ao contrário do que supõe o senso comum, práticas educativas parentais são mais responsivas em famílias por adoção quando comparadas a famílias genéticas.

A família é realmente um sistema de sistemas que se interligam de maneira móvel. Uma família é a interrelação das relações básicas de marido-esposa, mãe-criança, pai-criança e criança-criança, sendo que estas relações estão imersas em outras relações sociais e culturais (Weber, 2008, p.11).

Além da integração de diferentes sistemas, a família passa por mudanças sistêmicas e dinâmicas, denominadas por Hetherington (1989) de “transições”. Essas transições familiares são cada vez mais comuns nos dias atuais. Nos anos 1960, nos Estados Unidos, quase 90% das crianças passavam sua infância e adolescência em lares com dois pais biológicos casados; hoje, em torno de 40% das crianças naquele país e 50% no Reino Unido vivem nessas condições.

O termo família tem sido reconhecido cada vez mais no plural, principalmente quando trata-se do Brasil. A diversidade social, cultural e econômica característica de nosso extenso território brasileiro explica, em parte, o reconhecimento de diversas configurações familiares (Almeida & Vasconcelos, 2018).

Com isso, considera-se neste trabalho família como uma instituição com diversas configurações a partir da realidade e do contexto de cada sujeito.

## **O AMBIENTE DA CRECHE**

As primeiras iniciativas educacionais para a primeira infância são os jardins de infância: 1875, 1894 e 1909, no Rio de Janeiro, e 1896, em São Paulo. Anexo a este, foi criado um curso de formação para professoras de jardim de infância. Situados nas principais cidades da época, localizavam-se em áreas

centrais e atendiam crianças das classes média e alta. Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho, ao estabelecer o ensino primário obrigatório em todos os municípios do Império, determinou que, em todos os distritos, houvesse um jardim de infância, com a função de cuidar da formação da criança antes dos seus sete anos. Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011), a determinação não passou de letra morta.

Logo em seguida, surgiu uma iniciativa privada, proveniente da área da saúde, mas com visão assistencial integral à criança: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil. Ele foi criado em 1880, no Rio de Janeiro, pelo médico pediatra e higienista Arthur Moncorvo Filho, ardoroso participante na luta por comprometer o governo na organização de serviços públicos para a criança. Ao Instituto foram atribuídos objetivos bastante amplos e diversificados: (a) atender aos menores de 8 anos, (b) elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos, (c) regular o serviço das amas de leite, (d) velar pelos menores trabalhadores e criminosos, (e) atender as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, (f) criar maternidades, creches e jardins de infância.

Para contextualizar a Educação Infantil no Brasil, faz-se necessário trazer o que a legislação do Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro diz sobre os níveis e modalidades atendidas da educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 em seu art. 15, a educação escolar compreende: 1- a Educação Básica, formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio e 2- a educação superior. Sobre a educação básica, segundo o art.16, em conformidade ainda com a LDB 9394/96, compete ao Estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios e condições intelectuais para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Além disso, possibilita a participação em movimentos sociais e responde as demandas da sociedade.

Com relação à Educação Infantil, que é nosso campo de estudo, a LDB 9394/96 (art. 26) apresenta, nas instituições dos municípios que optarem por integrar o Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, que ela tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Além disso, mostra o público-alvo da educação infantil: crianças de zero a três anos de idade, em creches ou instituições equivalentes, e crianças de quatro a seis anos de idade, em pré-escolas (art. 27).

A partir da definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica pela LDB, lei n. 9394/1996 (Brasil, 1996), que se assegura atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade, tendo por base a Constituição Federal do Brasil de 1988, houve o reconhecimento do direito da criança pequena ao acesso à educação infantil em creches e pré-escolas. Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos, em vez de tratá-la como objeto de tutela, como anteriormente. Em 1988, ficou assegurado que: “ O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de : [...] atendimento em creche e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade” (Brasil, Congresso Nacional, 1988, artigo 208, inciso IV). Nesta mesma direção, a LDB, pela primeira vez na história das legislações brasileiras, proclamou a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que optarem por partilhar com o Estado a educação e o cuidado de seus filhos e filhas deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas.

A lei mais atual que provoca modificações nessa relação da família com a pré-escola é a Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. A partir dela, tornou-se obrigatória a educação básica, a partir dos quatro anos de idade, o que muda, de certa forma, a relação da família com a escola. Se anteriormente os pais colocavam as crianças nas pré-escolas, porque desejavam ou por necessidade, agora se torna obrigatória tal educação.

Atualmente, tem-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sendo debatida por diversos grupos da área de educação básica. Este documento é de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). O documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2017).

Desta forma, com esse documento em vigor, há algumas consequências para os espaços de Educação Infantil, visto que, neste documento existem modificações curriculares para a área de Educação Infantil.

A partir desses dados, pode-se pensar como essa articulação de contextos se dará. Cabe ressaltar que, para acompanhar o desenvolvimento infantil, é necessário um olhar apurado e conhecedor sobre o ritmo de cada criança, e de modo que não somente a contemple, mas que considere o ambiente como

um todo. Assim, levar em conta os contextos que estão inseridas as crianças de forma a privilegiar o ambiente escolar e o familiar, entendendo que são contextos interligados e intencionalmente mediados por significados, no qual o brincar é o fator que mais favorece o desenvolvimento (Vasconcellos, 1998). Da mesma forma que Bronfenbrenner (1986), ao destacar a importância de pensar a criança em conjunto com as suas experiências vividas e internalizadas, suas características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas através de sua interação com o ambiente no tempo cronológico que ela está vivendo, com os diferentes contextos que permeia. Estes se iniciam na família - microssistema - até uma estrutura social mais ampla que abrange valores, crenças, ideologias, religião - macrossistema.

No contexto de desenvolvimento da criança, há de se atentar que os estudos tradicionais de desenvolvimento humano atribuem grande ênfase à maturação biológica. Sobre isso, Palácios e Paniagua (2007) explicam que, ao olhar para o desenvolvimento da criança pequena, devemos atentar inicialmente para o seu corpo e depois para os movimentos. Com isso, corpo e movimento são uma marca da expressividade infantil na primeira infância, período repleto de transformações de aspecto físico e motor. Como os autores evidenciam, esse parece mesmo ser um período em que o desenvolvimento biológico tem preponderância sobre os demais.

Apesar de considerar os aspectos biológicos em seu caráter maturacional, Silva e Oliveira (2016) dizem ser preciso levar em conta também que cada criança tem um ritmo de desenvolvimento. Nem todos alcançam marcos sequenciais ao mesmo tempo e alguns podem mesmo pular algumas etapas (como por exemplo, andar sem ter nunca engatinhado). Lidar com as diferentes trajetórias do desenvolvimento de uma criança pode ser um desafio para pais e professores, pois os contextos em que as crianças vivem, influenciam seu desenvolvimento, bem como sua própria estrutura biopsicossocial, tornando-as atores e autores de seu processo de desenvolvimento.

A Abordagem Ecológica de Bronfenbrenner (1986) também apresenta a importância de olhar o desenvolvimento da criança a partir de várias lentes, e não com uma visão simples e comum a todas. Cada pessoa possui características e passa por experiências de forma singular no meio e na cultura em que está inserida. Por isso, reforça-se a importância de entender o desenvolvimento humano de forma ampla e individualizada, levando em conta os diferentes aspectos que influencia tal processo.

Todos esses aspectos são presentes no ambiente da creche, considerado por Vasconcellos, Seabra, Eisenberg e Moreira (2012) como um espaço e agente de desenvolvimento infantil, em complemento à família. Para esses autores, é a família que participa da primeira produção de sentidos de vida do bebê. A creche e a pré-escola representam um espaço onde são negociados os sentidos

trazidos pela criança e sua família com os dos professores, fazendo com que os valores e crenças de uma parte possam ser negociados e revalidados pelas outras.

Para ocorrer tal integração da família na pré-escola, entretanto, necessita-se de uma gestão participativa e colaborativa entre pais, mestres, coordenação e direção, sem deixar de considerar as particularidades de cada família e de cada criança. Desta maneira, buscam-se possíveis formas de integrar as famílias na Educação Infantil, para que as crianças tenham uma formação educacional integral.

Com isso, lembra-se a importância da família dentro desse contexto, como ela se relaciona com esse espaço educacional e com esses adultos que educam e cuidam de suas crianças. Tanto a escola quanto família são os núcleos principais de desenvolvimento da primeira infância, por isso, mais uma vez, faz-se importante destacar a importância de articulação entre a família e o ambiente escolar no processo de desenvolvimento infantil.

Logo, o presente estudo teve como objetivo principal investigar as relações das práticas educativas parentais e as características familiares presentes nos comportamentos transgressores das crianças de 3 a 5 anos da 2ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) pública do município do Rio de Janeiro. Visto que, ainda são poucos os estudos referentes a essa faixa etária e que articule os campos da psicologia ao campo da educação.

## **MÉTODO**

**CUIDADOS ÉTICOS:** A pesquisa realizada atendeu as normas da Comissão Nacional de ética em Pesquisa (CONEP, Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, Brasil) e o Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, esta investigação foi cuidadosamente elaborada visando atender às exigências estabelecidas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e seus desdobramentos. Ela foi aprovada pela Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Parecer número 92/2019 (Protocolo 45/2019).

**QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO:** investigar a presença ou ausência dos comportamentos transgressores de crianças dos três a cinco anos da rede pública do município do Rio de Janeiro.

## PARTICIPANTES

O número de investigadores desta pesquisa foram 50 pais/mães de crianças 3 a 5 anos (observado pelo pesquisador com comportamentos transgressores) da 2ª CRE pública do município do Rio de Janeiro e os respectivos professores das crianças pré-escolares.

### *Caracterização sociodemográfica dos participantes*

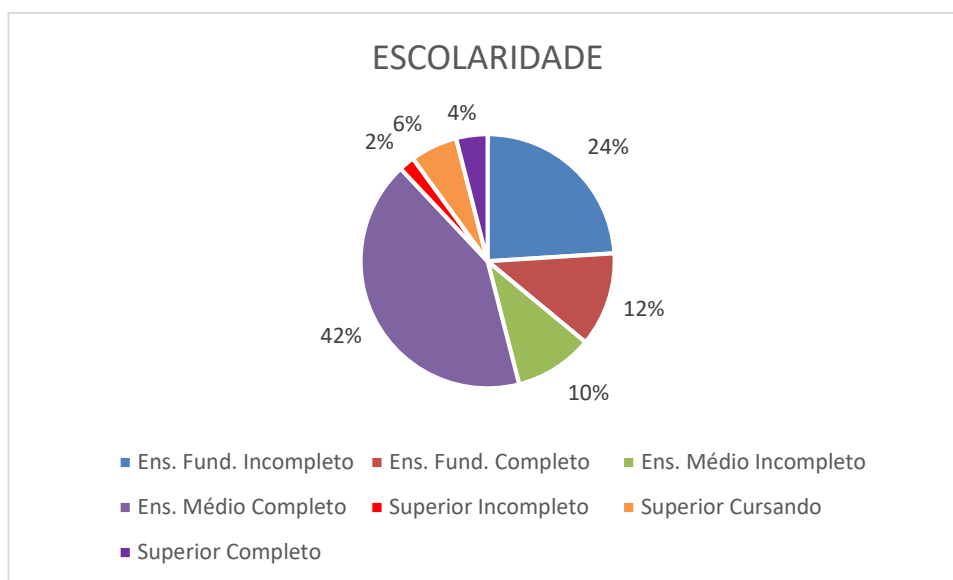


Gráfico 1: Percentual de escolaridade

Foi utilizado um inventário de dados sociodemográficos, que inclui, para os pais, questões referentes a escolaridade, profissão e idade. Para os professores, as questões são referentes a idade, tempo de trabalho como professor e escolaridade.

Foi realizada uma entrevista com a seguinte pergunta aberta para as professoras: Descreva o comportamento dessa criança nos momentos de socialização com seus pares.

Coleta de dados: Os participantes indicados pela direção e aptos a participarem da pesquisa foram contactados presencialmente. Nesse momento, a pesquisa foi explicada e quando houve a concordância por parte dos pais e professoras em participar, foi marcado um encontro no melhor dia, horário e local para o participante. Nessa ocasião, os objetivos e métodos da pesquisa foram explicados mais

detalhadamente, assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assim realizada a entrevista. Os participantes preencheram individualmente a ficha de dados sociodemográficos.

Análise dos dados: Todos os dados foram tratados descritivamente (frequências, médias, medidas de variância) e analisados estatisticamente, através de testes paramétricos (escalas e variáveis contínuas) e não paramétricos (frequências e variáveis categóricas).

Com o objetivo de avaliar a frequência das palavras apresentadas no discurso dos participantes e para a análise e interpretação dos dados obtidos foi utilizado o software IRaMuTeQ. Este possibilita a realização de diferentes tipos de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e tabelas indivíduos/palavras (Camargo & Justo, 2013).

Inicialmente, o *corpus* textual foi preparado para a análise criando-se, no *software* Libre Office, um arquivo único de texto com todas as entrevistas realizadas. A primeira linha tem que ser pulada para separar os textos com linhas de comando. As linhas são monotemáticas, garantindo uma melhor compreensão dos dados coletados. Posteriormente, o arquivo foi revisado e corrigido, seguindo as indicações do *software* para uma melhor utilização do mesmo (Camargo & Justo, 2013).

Após a preparação do *corpus*, foi realizada uma análise lexicográfica para calcular a frequência das palavras; uma classificação hierárquica descendente (CHD), obtendo classes que apresentam vocabulários semelhantes entre si. Uma análise de similitude, para identificar as co-ocorrências entre as palavras e as indicações de conexidades entre elas foi realizada. Por fim, foi gerada uma nuvem de palavras, que agrupa e organiza, graficamente, as palavras em função de sua frequência (Camargo & Justo, 2013).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro dos objetivos propostos por esse artigo, teve-se também a investigação das características sociodemográficas dos pais. Com isso, produziu-se um gráfico que nos mostra o percentual das escolaridades apresentadas anteriormente nesse estudo.

Nota-se que o maior percentual para escolaridade foi Ensino Médio Completo, com a informação de 42% dos pais e mães que responderam a pesquisa. Todavia, pode-se perceber que o segundo nível de escolaridade de maior percentual foi o de Ensino Fundamental Incompleto, caracterizando 24% dos pais e mães. Além disso, encontra-se um maior número de pessoas com nível de escolaridade anterior ao Ensino Médio do que posterior a ele.

Percebe-se que os dados sociodemográficos encontrados neste estudo corroboram com as pesquisas apresentadas por Almeida e Vasconcellos (2018), em que, na grande maioria das famílias de baixa renda ou pobres, os membros começam a trabalhar cedo e não terminam seus estudos. As mulheres, por exemplo, encontram-se como chefes de família atualmente, o que significa que trabalham fora de casa. Além disso, no caso das famílias de baixa renda, têm-se, também, muitos casos de gravidez na adolescência. Ambos os exemplos podem ser percursos para que ocorra o abandono dos estudos, pois faz-se necessário cuidar da criança ou começar a trabalhar para ajudar nas despesas, como mostram os dados do IBGE de 2016.

A análise do Iramuteq apresentou que o corpus geral da entrevista foi constituído por 50 textos, que representam as 50 entrevistas realizadas na pesquisa. Emergiram 8.745 ocorrências (preposições, palavras, formas ou vocabulários), sendo 1094 palavras distintas e 171.047 palavras com uma única ocorrência.

O Iramuteq, quando faz a análise do corpus de texto, mostra um resumo desse *corpus*, conforme formato da figura 1. Quando ele diz que encontrou 50 números de textos, mostra que todas as entrevistas cadastradas no *software* foram lidas. As ocorrências representam todas as palavras escritas no documento que foi posto no Iramuteq. Nessas ocorrências, tem-se a possibilidade, dentro do *software*, de decidir quais palavras serão ativas, por exemplo. Nesse caso, foram ativos os adjetivos e, de forma suplementar, os advérbios e artigos.

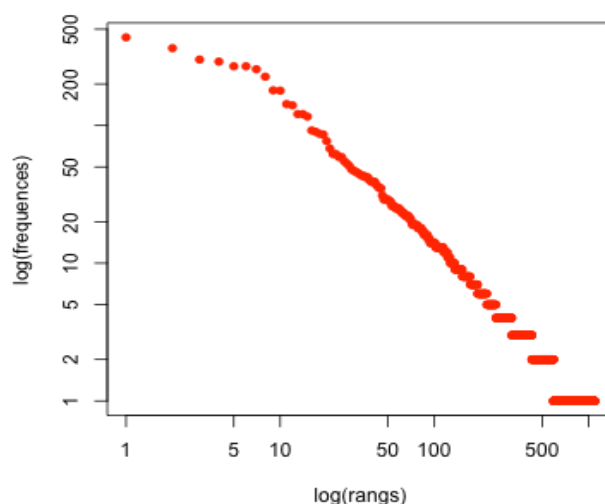


Figura 1





A partir dos dados dessa pesquisa, as escolas e os professores poderão considerar como os pais pensam suas práticas e o desenvolvimento dos seus filhos e, também, o que os professores observam na escola acerca dessas práticas realizadas com os pais. Assim, reforça-se a importância da troca e do diálogo, percebendo que o respeito entre pais e professores é fundamental para o desenvolvimento da criança em qualquer idade.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho foi realizado nas creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI's) da 2ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) pública do município do Rio de Janeiro.

Conseguiu-se investigar o perfil comportamental transgressor das crianças da faixa etária citada acima, a partir dos relatos das professoras. Realizou-se, também, a investigação das características sociodemográficas dos pais. Destacou-se a relevância das características sociodemográficas, em especial o nível de escolaridade, pois a maioria dos participantes tinham o Ensino Médio Completo (42%), seguido do Ensino Fundamental Incompleto (24%), predominantemente. Ou seja, nota-se que, nesse grupo pesquisado, poucos pais tiveram acesso ao nível superior de ensino (4%). Sabe-se o quanto a educação superior, no Brasil, é escassa para as pessoas que vivem à margem da sociedade, como por exemplo nas favelas, onde estava alocada uma das Unidades Escolares pesquisadas. Logo, encontram-se nessa pesquisa pais e mães que moram em favelas da zona norte e zona sul do Rio de Janeiro que muitas vezes não são vistos nas pesquisas acadêmicas.

Lembra-se também, a partir do nicho de desenvolvimento apresentado por Harkness e Super (1994), onde a família é o centro da vida humana inicial, que o desenvolvimento da criança tem uma relação dinâmica com o ambiente físico e social, além da relação com as práticas de cuidados infantis, culturalmente reguladas, e com a psicologia de cuidadores. Ou seja, isso demonstra a extrema importância da escola para criar vínculos com esses pais ou cuidadores principais. Por isso, manter esse canal de participação aberto junto à família no espaço da creche é fundamental para o desenvolvimento saudável e integral da criança.

Além disso, observa-se o quanto as teorias de Bronfenbrenner (1992) e Harkness e Super (1986), relacionadas à influência do ambiente no desenvolvimento das crianças, puderam ser, mais uma vez, corroboradas neste estudo. Como mostram os estudos de Bronfenbrenner (2011), Harkness e Super (2009), um dos pressupostos deste trabalho é que o desenvolvimento humano se dá em contextos. Desta forma, acredita-se que, durante a Educação Infantil, para se

compreender o desenvolvimento, faz-se necessário a investigação dos diferentes contextos que permeiam a vida das crianças.

Notou-se, a partir do relato das professoras, que nestes dois espaços pesquisados, as crianças, em sua maioria, não apresentam aspectos transgressores. Durante os relatos das professoras notou-se uma preocupação em realçarem os aspectos positivos das crianças, não que essas crianças não apresentassem comportamentos transgressores, todavia, o que era mais enfatizado pelas professoras eram os comportamentos positivos. Logo, o fato de não ter aparecido, nos relatos, tais comportamentos, não quer dizer que não existam. Os participantes optaram por privilegiar a apresentação de outros comportamentos.

A partir da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (1999), pode-se dizer que o mesossistema escola-família precisa ser e estar bem articulado para que o desenvolvimento da criança possa acontecer de forma qualitativamente saudável. Uma possibilidade para que isso ocorra é o planejamento de reuniões, encontros e espaços onde tanto a família quanto os profissionais da escola possam se expressar em relação a educação das crianças.

Conclui-se, assim, que os dados encontrados poderão gerar diversas discussões acerca do tema, isto é, colocar a questão dos comportamentos transgressores em pauta de reuniões pedagógicas, realizar grupos de estudos acerca desta temática, dentre outras. Muitas professoras, por exemplo, relataram a importância da observação, dos aspectos presentes na entrevista feita à elas referentes ao comportamento transgressor da criança, durante o período da creche ou pré-escola, em diferentes momentos do dia.

Esse estudo apresentou limitações, tais como, ter um número reduzido de participantes de outras Unidades Escolares de Educação Infantil públicas da 2ª Cre do município do Rio de Janeiro e não foi possível realizar um estudo de observação nos espaços escolares. Contudo, acredita-se que com os dados obtidos, muitos pesquisadores e profissionais da área de educação e psicologia, que se interessarem pelo tema família, Educação Infantil e comportamentos transgressores, podem perceber a relevância dessas duas áreas dialogarem e se articularem na tentativa de buscar um denominador comum que é o desenvolvimento integral da criança.

Tal estudo poderá contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo de educação infantil, principalmente, na rede pública de ensino e em Unidades Escolares próximas ou dentro de favelas no Rio de Janeiro, além da rede particular. Nota-se, ainda, a pouca visibilidade desse grupamento nos estudos com a temática das famílias, tanto na área de psicologia quanto na área de educação.

Acredita-se que, a partir dos achados desse presente artigo, as escolas e os professores poderão perceber a importância de conhecer as práticas de cuidado e crenças dos diferentes cuidadores da sua Unidade Escolar, além do contexto e da dinâmica familiar em que cada criança está inserida. Dessa forma, entender e conhecer mais acerca das crianças e seus familiares. Assim, reforça-se a importância da troca e do diálogo referentes aos cuidados da criança entre a família e os profissionais da escola para um melhor desenvolvimento da criança nesse processo, visando sempre o bem-estar e a promoção de saúde da criança.

## Referências

- Almeida, L. S. De & Vasconcellos, V. M. R. (2018). Famílias Cariocas e os cuidados infantis. In L. F. Pessoa, D. M. L. F. Mendes & M. L. Seidl-de-Moura (Orgs.), *Parentalidade: Diferentes perspectivas, evidências e experiências*. (1. ed. , 207p.) Curitiba: Appris.
- Bahia, C. C. S.; Magalhães, C. M. C.; Pontes, FAR (2008). A relação creche-família na visão de professoras e mães usuárias de creche. [Tese]. *Faculdade de Psicologia*, Universidade do Pará.
- Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 26 de dezembro.
- Brasil (2017). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> (acessado em 13/02/2019).
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In: Friedmann, B. L. & Wachs, T. D. (Orgs.), *Conceptualization and assessment of environment across the life span*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of Family as a Context for Human Development: Research Perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6),723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of Human Development. *American Psychologist*. Cornell University.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 2-16.
- Dessen, M. A., & Costa Jr., Á. L. (2005). (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano. In: *Tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre, RS: Armed.
- Harkness, S.; Super, C. (1994). The developmental niche: A theoretical framework for analyzing the household production of health, 38 (2), 217-226.
- Lisboa, C. ; Koller, S. H. (2004). O microsistema Escolar e os Processos Proximais: Exemplos de Investigações Científicas e Intervenções Práticas. In: Koller, Sílvia Helena (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Narvaz, M. G. ; Koller, S. H. (2004). O modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. Em: Koller, Sílvia Helena (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Nunes, M.F.R., Corsino, P. E., & Didonet, V. (2011). *Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa.
- Oliveira, Z. M., Mello, A. M., Vitória, T., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2009). *Creches: crianças, faz de conta e Cia*. 15a ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Paniagua, P.; Palacios, J. (2007). *Educação Infantil – resposta educativa à diversidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Vasconcellos, V. M. R., Seabra, K. C., Eisenberg, Z., Moreira, A. R. P. (2012). O lugar da creche nos debates sobre parentalidade e coparentalidade. In: Piccinini, César Augusto, Alvarenga, Patrícia. *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Weber, L. N. D. (2008). *Família e desenvolvimento: Visões Interdisciplinares*. Curitiba: Juruá.

## **PARENTAL EDUCATIONAL PRACTICES AND CHILDREN'S BEHAVIOR IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION.**

### **Abstract**

This study aimed to investigate transgressive behaviors of children aged three to five years in the city of Rio de Janeiro, based on the studies by Bronfenbrenner. Fifty parents and five teachers of daycare centers and preschools in the southern and northern areas of Rio de Janeiro participated in the study. An interview was conducted with the teachers to investigate the transgressive behaviors of children in space and the sociodemographic instrument in parents. It was possible to identify during the transcription of the interviews in the Iramuteq software, that there was not a word referring to the transgression or the apparent aggression in the word tree, nor in the word clouds. It is believed that the present study can bring benefits both to the area of education and to the area of developmental psychology.

**Keywords:** Behaviors; parenting practices; child education; family; teachers.